



POSSIBILIDADES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DA CRIAÇÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS NO BRASIL

POSIBILIDADES TEÓRICAS PARA EL ANÁLISIS DE LA CREACIÓN DE MAESTRÍAS PROFESIONALES EN BRASIL

THEORETICAL POSSIBILITIES FOR THE ANALYSIS OF THE CREATION OF PROFESSIONAL MASTER'S DEGREE IN BRAZIL

Diógenes Arruda Ferreira
Universidade Federal de Pernambuco - Brasil
E-mail: diogenes.arruda@gmail.com

Eixo temático 2: Debates, enfoques e perspectivas epistemológicas em política
educativa

Resumo: O artigo aborda as possibilidades de análise do fenômeno da globalização a partir do estabelecimento de articulações entre cultura, linguagem e discurso como possíveis ferramentas teóricas para compreender o desenvolvimento de políticas públicas educacionais no atual processo de expansão da pós-graduação no Brasil. Propõe como caminho teórico o espaço de convergências identificadas entre os estudos de Hall sobre a centralidade da cultura, as discussões de Dale sobre a relação entre global e local, e as reflexões de Gomes sobre o discurso como *locus* da expressão das políticas, para situar a globalização como um processo multifacetado em que os aspectos culturais, econômicos e políticos se complementam e interpenetram.

Palavras-chave: Educação. Pós-Graduação. Mestrado Profissional.

Resumen: El artículo aborda las posibilidades de análisis del fenómeno de la globalización a partir del establecimiento de articulaciones entre cultura, lenguaje y discurso como posibles herramientas teóricas para comprender el desarrollo de políticas públicas educacionales en el actual proceso de expansión de postgrado en Brasil. Propone como un camino teórico el espacio de convergencias identificadas entre los estudios de Hall sobre la centralidad de la cultura, las discusiones de Dale acerca de la relación entre global y local, y las reflexiones de Gomes acerca del discurso como *locus* de expresión de las políticas, para situar la globalización como un proceso de múltiples facetas en que los aspectos culturales, económicos y políticos se complementan y relacionan.

Palabras clave: Educación. Pos-Graduación. Masters Profesionales.

Abstract: The article discusses the possibilities of analyzing the phenomenon of globalization from the establishment of links between culture, language and speech as possible theoretical tools for understanding the development of educational policies in the current process of expanding graduate education in Brazil. Proposes as a theoretical way the space of convergences identified between the studies of Hall about the centrality of culture, Dale discussions on the relationship between global and local, and Gomes reflections on discourse as the *locus* of political expression, to situate



globalization as a multifaceted process in which cultural, economic and political aspects are complementary and intertwined.

Keywords: Education. Graduate. Professional Master Degree.

Introdução

Partindo da discussão de Stuart Hall (1997) sobre a centralidade da cultura no campo das ciências sociais, e utilizando a ligação entre aquilo que ele denomina de “virada cultural” e a globalização como um fenômeno social multifacetado, procuramos avançar neste artigo para uma interpretação da globalização como um fenômeno político-econômico e, principalmente, cultural do capitalismo.

No contexto dessa referência teórica inicial, tratamos duas importantes contribuições sobre questões que julgamos relevantes para o debate acerca das políticas educacionais contemporâneas no contexto da globalização. Num primeiro momento, a partir do texto “Políticas públicas, discurso e educação” de Gomes (2011), procuramos estabelecer um *link* entre linguagem, discurso, e o debate sobre o desenvolvimento de políticas públicas para a educação no contexto da globalização enquanto modelo/paradigma vigente do capitalismo atual. Num segundo momento, situamos os aspectos levantados por Hall na tentativa de percebê-los em suas articulações com as políticas para a educação no contexto da globalização, utilizando para isto o estudo de Dale (2004) sobre o estabelecimento de uma possível Cultura Educacional Mundial Comum.

A partir do percurso sinalizado, e tendo estabelecido alguns argumentos que sustentam essa perspectiva multifacetada de globalização em que os aspectos culturais, econômicos e políticos se complementam e interpenetram, e tendo trabalhado a importância disto no desenvolvimento de políticas públicas para a educação, finalizamos o artigo situando possibilidades de estudo acerca do desenvolvimento de políticas para o atual processo de expansão da pós-graduação no Brasil.



Discurso, Política e Globalização

E por que escolhemos discutir sobre a percepção que vem sendo construída sobre um tema tão abrangente quanto à globalização nos debates do campo da política da educação? Enquanto mestrandos pertencente a um núcleo dedicado ao estudo da política e gestão da educação, temos percebido a recorrência desse tema nos debates, tantos de escopo macro, voltados às contextualizações dos processos históricos do capitalismo, quanto de escopos micro, em que as análises sobre políticas de um determinado espaço geográfico não deixam, em maior ou menor medida, de estarem relacionadas aos fenômenos que se estendem para além das delimitações locais. O crescente destaque que vem sendo dado às localidades dentro do contexto global, como é possível notar em discussões apresentadas por autores como Roger Dale, Boaventura de Sousa Santos e Stuart Hall, traz ao tema globalização um papel essencial para os estudos de políticas públicas voltadas à educação.

Sem menosprezar os aspectos subjetivos, culturais ou os debates ideológicos presentes na constituição da educação como uma política pública social, não podemos negar, também, a importância que os fatores econômicos possuem no desenvolvimento e orientação das agendas das políticas educacionais. O uso recorrente de termos como produtividade, gestão e formação para o mercado, é uma demonstração de como os fatores econômicos vem marcando os discursos nessa área. Não queremos com isso romantizar os modelos educacionais de períodos históricos anteriores como se os mesmos também não fossem impregnados por um forte discurso de base economicista, como tão bem podemos perceber no uso dos argumentos forjados no âmbito da teoria do capital humano expressos nas políticas educacionais formuladas a partir de meados dos anos de 1960 até o final da década de 1970; o que buscamos aqui trazer é que há uma forte presença do vocabulário da administração e da economia na composição dos discursos das políticas públicas para a educação e nos debates que tentam construir um significado único para a globalização, bem como no uso dessa terminologia



pelo senso comum, expressões que são muitas vezes incorporadas no discurso oficial numa dimensão normativa. Gomes (2011, p. 22-23) afirma que:

Por tudo isso, o traço mais característico de uma política pública diz respeito ao debate e a disputa sobre a organização da sociedade, pelo que se traduz sua dimensão teleológico-normativa. Daí afirmar que não existe política (pública) sem participação e não existe participação sem discurso. Os objetivos e todo o detalhamento das políticas públicas não podem ser expressos a não ser no e por meio do discurso. Portanto, não existem políticas públicas fora do discurso.

Se não existem políticas públicas fora do discurso, e se através do discurso percebemos a dimensão ontológica de uma determinada realidade social bem como a disputa pela legitimação de um paradigma em detrimento de outro, podemos afirmar, portanto, que há uma grande influência na compreensão/construção de uma realidade social à medida que um discurso se vê ou se faz predominante. Um vocabulário conceitual que se vê predominante em discursos nos quais as políticas públicas ganham materialidade tem, assim, uma maior probabilidade de ter partes de sua perspectiva ontológica sendo absorvidas pelo senso comum em uma determinada realidade social, através dos conceitos que buscam legitimar uma possível interpretação dessa mesma realidade. É, portanto, um cenário em que discurso e disputa de poder são profundamente relacionais e articulados.

Diante disto, percebemos que a associação entre globalização e educação para o senso comum tem por centralidade a esfera econômica e, mais recentemente, a administrativa, ainda que as vivências e práticas sociais da globalização sejam multifacetadas. Essa perspectiva econômica tende a perceber o global como unidade. Assim, integrar-se ao mercado global passa a significar perder de vista os limites ilusórios das fronteiras territoriais e nacionais. O crescimento da interdependência econômica entre países traz a imagem de um mercado de proporções planetárias agindo como um organismo único, ainda que marcado por uma competitividade desigual. Mas tal desigualdade não sublinharia um paradoxo? Como algo que é apresentado como uno pode ser marcado pela desigualdade? Santos nos apresenta uma resposta a essa contradição ao formular a globalização sob duas formas:



A primeira forma de globalização é o localismo globalizado. Consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, seja a atividade mundial das multinacionais, a transformação da língua inglesa em língua franca, a globalização do *fast food* americano ou da sua música popular, ou a adoção mundial das leis de propriedade intelectual ou de telecomunicações dos EUA. À segunda forma de globalização chamo globalismo localizado. Consiste no impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais, as quais são, por essa via, desestruturadas e reestruturadas de modo a responder a esses imperativos transnacionais. Tais globalismos localizados incluem: enclaves de comércio livre ou zonas francas; desflorestamento e destruição maciça dos recursos naturais para pagamento da dívida externa; uso turístico de tesouros históricos, lugares ou cerimônias religiosos, artesanato e vida selvagem; dumping ecológico [...] (SANTOS, 1997, p.109-110).

Ao apresentarmos a resposta desse autor não procuramos criar uma espécie de maniqueísmo entre local e global, mas sim ressaltar a relação dialética entre essas duas dimensões, além de enfatizar a associação do crescimento do papel do local nos debates sobre globalização que tem sinalizado para uma mudança paradigmática, iniciada no curso da segunda metade do século XX, na qual há uma reconfiguração dos modelos explicativos voltados à compreensão das relações entre os aspectos culturais, políticos e econômicos nas sociedades contemporâneas.

Virada cultural e globalização para além da economia

Para contextualizar essa virada conceitual, denominada também de virada cultural, recorreremos ao argumento de Hall, que nos mostra que esta, a cultura, ao atingir um lugar de destaque no que diz respeito às explicações sobre questões de teor social, não tem pretensão de suplantar as dimensões política e econômica, mas de destacar que a cultura perpassa, inclusive, os diversos níveis constitutivos dessas dimensões. Essa relação se dá também de forma recíproca, pois estes dois campos influenciam a cultura e, assim, impõem limites no que se refere à dimensão da cultura como um elemento fundamental nas explicações do campo social. Hall define cultura e a relação entre linguagem e discurso da seguinte forma:



A “virada cultural” está intimamente ligada a esta nova atitude em relação à linguagem, pois a cultura não é nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas as quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas. O próprio termo “discurso” refere-se a uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento. (HALL, 1997, p. 25).

Não queremos, no entanto, limitar cultura às dimensões da linguagem, mas ressaltamos a importância da linguagem e do discurso como elementos permeados por aspectos culturais. Se as políticas públicas se materializam por meio do discurso, fica clara a importância da cultura na construção dos processos de regulação e nas relações de poder. As interações existentes entre a cultura e outras forças – como a econômica, por exemplo – exercem influência determinante no controle dos elementos subjetivos das relações entre os atores sociais, e isto acaba por marcar o desenvolvimento de instrumentos de regulação na relação entre Estado e Mercado. Se, como afirma Stuart Hall (1997), nossa conduta e ações são moldadas, influenciadas e reguladas normativamente pelos significados culturais, torna-se possível afirmar também que a regulação da cultura e a regulação através da cultura são íntima e profundamente interligadas.

A partir do exposto, buscamos avançar numa interpretação conceitual da globalização vendo-a não apenas como um fenômeno econômico e político, mas também cultural, posto que a cultura tornou-se ponto fundamental para a compreensão das relações político-econômicas, ressaltando que no desenvolvimento de políticas públicas, em que o local e o global convivem dialeticamente, é através da relação entre cultura e discurso que podemos perceber a globalização como um fenômeno multifacetado, com uma grande variedade de atores sociais em interação e rico em contradições.



Globalização como espaço plural

A localidade se faz forte à medida que a globalização passa a ser percebida através da perspectiva cultural. Se dentro do conceito de Estado Nação estava implícita a identidade social da população que se inseria nesse ou naquele espaço geográfico, ressaltando aqui a importância que as fronteiras político-geográficas possuíam para a delimitação dessa identidade, na virada cultural do século XX essa identidade se coloca a luz de um novo prisma. Quando falamos da queda dos Estados Nações não devemos perceber tal afirmação como a decadência de um povo ou o término de um regime; trata-se da ressignificação da identidade de continentes populacionais diversos em que a variedade cultural não consegue mais ser encerrada na unicidade do termo nacional.

Quando adotamos a perspectiva de que a globalização, ao diluir simbolicamente a força das fronteiras político-geográficas, cria uma unicidade cultural, construímos a ideia de que passamos a constituir um Estado Nação único de proporções globais, de identidade social-cultural única, regulados por uma entidade político-econômica única, o mercado. Ora, então como situamos nesse quadro as lutas indígenas nas Américas, a questão da inserção da Turquia na união europeia, o conflito entre Palestina e Israel, as guerras étnicas no continente Africano, os conflitos entre Índia e Paquistão, a segregação entre a etnia *Han* e as demais etnias chinesas, entre tantos outros exemplos? A ideia de nação nesse contexto torna-se anacrônica, bem como se torna falsa a concepção de globalização como unicidade sociocultural.

E se, nesse contexto, sujeitamos a política pública educacional aos enquadramentos da lógica gerencialista é inevitável que transportemos todas essas contradições também para o debate desse tema. Para contribuir com esse argumento tomamos a análise de Roger Dale sobre uma possível Cultura Educacional Mundial Comum como exemplo de um discurso de unicidade global e das contradições desse discurso. No contexto da União Europeia a Cultura Educacional Mundial Comum (CEMC) traz consigo a lógica de que os Estados são assumidos como instituições inseridas no seio de uma sociedade



de proporções transnacionais e de aspectos culturais homogêneos, sendo assim, as políticas desenvolvidas nesses Estados tenderiam a refletir os valores e demandas presentes nesta cultura mundial (ocidental) comum. E na educação o reflexo de tais ideias estaria na relativa homogeneidade apresentada em currículos escolares de países diversos. Sobre esta lógica o autor argumenta:

O caso empírico avançado em apoio do argumento da CEMC é adequado para demonstrar que alguns aspectos dos sistemas educativos se fundam em “guiões” comuns. Isto não justifica as pretensões de um “currículo mundial”, se por isto quisermos significar que o conteúdo dos programas de todos os Estados-nação é o mesmo. (DALE, 2004, p. 455).

É contraditório, portanto, assumir que as disparidades entre as forças políticas e econômicas que influenciam a formação dessa suposta cultura global sejam capazes de conceber uma política educacional única sem ferir a identidade social de diversas populações, bem como sem que se apresentem disputas de poder pela hegemonia dessa suposta homogeneidade.

Possibilidades teóricas para pensar a criação dos mestrados profissionais no Brasil à luz das reflexões anteriores

O quadro desenvolvido até aqui procurou avançar para além de um tratamento da globalização como um processo tirânico, posto que essa ótica não atende as necessidades de explicações que abarque toda a complexidade desse fenômeno. Tão pouco foi objetivo deste ensaio, traçar uma análise crítica sobre tecnologias administrativas no desenvolvimento de políticas no contexto da globalização. Mas se há problemas centrais que perpassam as sociedades e os Estados capitalistas tanto em sua escala global, quanto na local¹, tentamos aqui, ao final desse texto, ressaltar a necessidade do olhar local na construção de políticas públicas em que o processo de globalização exerce grande influência nos discursos bem como nas metas traçadas, como é o caso da Educação, com importantes impactos sobre a organização da sociedade

¹ DALE, 1982.



mediante a imposição de discursos que representam modelos/paradigmas que assumem a hegemonia no capitalismo atual.

Assim, ao focalizar no cenário teórico esboçado acima a questão das políticas públicas educacionais e, mais especialmente, das políticas que sustentam o projeto de expansão da pós-graduação no Brasil, na atualidade, se sobressai o fenômeno da regulamentação para a criação dos mestrados profissionais.

Ao tratar dessa questão, autores como Santos e Azevedo (2010), Cevallos (2011), entre outros, têm destacado que os fundamentos que demarcam a criação dessa nova modalidade de curso se pauta pela lógica de mercado e por uma nova ênfase na formação técnica de caráter profissionalizante que, como afirma Cevallos (2011), traz entre suas prioridades o atendimento do compromisso para mesclar competitividade e produtividade às empresas e melhorar a gestão dos setores sociais do governo e demais organizações.

Criado em 1995, por meio da Portaria Normativa nº 47/95 (BRASIL, 1995), essa nova modalidade de pós-graduação precisa ser compreendido a partir da sua vinculação com um cenário mais amplo das políticas para a educação superior brasileira que irá caracterizar o período, expressa inclusive na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996. Como nos diz Morosine (2009, p. 128):

A Lei nº. 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, possibilita além da expansão do sistema, a privatização, a diversificação institucional e curricular; a revogação da universidade como modelo; a dissociação das funções universitárias de ensino, pesquisa e extensão; a flexibilização e a Educação a Distância.

Uma perspectiva que também se refletirá no desenvolvimento de políticas para o ensino superior no contexto da década de 1990 é o discurso que defende a diversificação de modelos de formação, discurso que se situa como um dos argumentos responsáveis pela implementação dos mestrados profissionais no Brasil, articulado a intenção de introduzir no sistema de pós-



graduação brasileiro a ampliação das perspectiva de mercado de trabalho com impactos para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Entre as prioridades para a institucionalização dos mestrados profissionais, definidas pela nova Portaria Normativa nº. 80/98 está o compromisso de agregar competitividade e produtividade à economia e às empresas e melhorar a gestão dos setores sociais do governo e demais organizações, na perspectiva da inovação e da qualidade na produção de bens e serviços (RIBEIRO, 2005).

Esse novo discurso que se incorpora ao processo de regulação da pós-graduação brasileira, com maior ênfase para os mestrados profissionais, e que redesenha seus pressupostos por meio da edição de um conjunto de documentos reguladores do sistema que demonstram a disputa sobre a organização da sociedade, traduz, como nos diz Gomes (2011) sua dimensão teleológico-normativa.

A configuração concreta que vai assumir esse novo formato de curso, considerando as referências postas anteriormente, podem ser analisados considerando-se as disputas que confrontam, por um lado, um sistema de pós-graduação que vem se consolidado desde os anos de 1965, sustentado em dois pressupostos que vão direcionar o seu desenvolvimento e ampliação posterior: 1) a priorização da pós-graduação como espaço legítimo da produção do conhecimento e da pesquisa, essenciais para o desenvolvimento do País; 2) como um sistema a ser alvo de investimento e acompanhamento permanente por parte do Estado. Além desses aspectos deve ser destacada também a demanda para a formação de docentes para a educação superior (MOROSINI, 2009; SAVIANI, 2011; FISCHER, 2010).

Em nova portaria lançada onze anos depois, a Portaria Normativa nº. 07/2009 (BRASIL, 2009), com o objetivo de orientar o crescimento que a nova modalidade de mestrado vinha alcançando, e de fortalecer e consolidar a ideia de flexibilização da pós-graduação *stricto sensu*, o novo discurso se afirma e se consolida.

Referente às normatizações constantes da Portaria nº. 17/2009 (Brasil, 2009), destacamos os seguintes aspectos:



[...] CONSIDERANDO a necessidade de atender, particularmente nas áreas mais diretamente vinculadas ao mundo do trabalho e ao sistema produtivo, a demanda de profissionais altamente qualificados; CONSIDERANDO as possibilidades a serem exploradas em áreas de demanda latente por formação de recursos humanos em cursos de pós-graduação stricto sensu com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e cultural do País;

CONSIDERANDO a necessidade de capacitação e treinamento de pesquisadores e profissionais destinados a aumentar o potencial interno de geração, difusão e utilização de conhecimentos científicos no processo produtivo de bens e serviços em consonância com a política industrial brasileira; [...];

CONSIDERANDO a relevância social, científica e tecnológica dos processos de formação profissional avançada, bem como o necessário estreitamento das relações entre as universidades e o setor produtivo [...].

Nos “considerandos” acima, é possível perceber a vinculação entre o discurso oficial expresso por meio da política que orienta as mudanças implementadas na pós-graduação nos anos de 1990 e 2000 e a vinculação das mesmas às demandas de um determinado projeto social de base produtivista, como analisa Saviani (2011), ao tratar das políticas educacionais para o período.

No que tange às definições mais especificamente voltadas para a organização e o tipo de formação a ser oferecida nos mestrados profissionais, podemos observar como os princípios presentes na justificativa da Portaria se articulam aos objetivos da formação no nível do mestrado profissional:

Art. 4º São objetivos do mestrado profissional: I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local; III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; IV - contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas. (BRASIL, 2009).



Nos discursos acima referenciados podemos perceber a sujeição da política pública educacional aos enquadramentos da lógica gerencialista², aproximando-se de um discurso que se pretende legítimo indicando uma unicidade global de pressupostos que devem ser perseguidos para a formação a ser oferecido no nível da educação superior, como sinaliza (DALE, 2004).

Esse modelo de curso tem sido induzido pelas políticas educacionais para o setor e tem se expressado por meio do crescimento do número desse tipo de curso, principalmente na primeira década do século XXI. Segundo dados da CAPES, no ano de 2003 o número de mestrados profissionais correspondiam a 3,4% do total de programas de pós-graduações no Brasil. Em 2011 esse percentual alcançou o valor de 10,6% do total de programas de pós-graduações no Brasil. Apesar de todas as modalidades de pós-graduação terem aumentado em número, os mestrados profissionais foram os que tiveram a maior expansão neste período.

O que se percebe, portanto, é que os direcionamentos dados para a organização do modelo de pós-graduação *stricto sensu* brasileiro se tornam, assim, um espaço fortemente marcado pelo enfrentamento de discursos que disputam espaços institucionais em torno de projetos de sociedade.

Dentre os aspectos que tem demarcado os discursos em disputas destacamos aquele relativo a questão do financiamento. Nesse caso, a crítica se volta para a defesa de que os mestrados profissionais têm um alto potencial para o autofinanciamento. Os argumentos postos pelo discurso oficial são de que se trata de “um título que agrega muito valor ao indivíduo que o obtém, bem como à instituição ou empresa que o emprega” (RIBEIRO, 2005, p.11), não sendo justo que sua oferta seja assumida pelos cofres das universidades públicas. Polêmica que marcou os embates no início dos anos de 1990 com relação à oferta da educação superior no contexto em que as proposições formuladas pelo modelo neoliberal ganhavam terreno nos países em desenvolvimento.

² O gerencialismo defende como tese central a idéia de que a burocracia precisa ser substituída pela administração gerencial, entendida esta como uma administração ágil, com foco nos resultados e voltada para a sociedade, a quem denominam de clientes.



No que se refere aos mestrados profissionais no âmbito das ciências humanas, como é o caso da educação, para alguns autores, esta pode ser uma tentativa mais direta de adequar o campo da educação às demandas de inovação exigidas pela lógica do mercado. Esse direcionamento significa um fortalecimento da ampliação da produção de tecnologia para além das tecnologias visíveis, envolvendo nesse campo, as tecnologias sociais tais como as das áreas da gestão, do ensino, dentre outras. Para outros, é uma necessidade, principalmente tomando como referências as demandas das redes públicas de ensino nos seus aspectos curriculares e de gestão, das organizações educativas de diversas ordens, das novas modalidades de ensino em expansão, como a educação a distância, dentre outras.

A leitura que estamos propondo para tratar as políticas voltadas à pós-graduação brasileira, com ênfase na criação dos mestrados profissionais, sinaliza que o discurso dominante das políticas para a educação no presente contexto da globalização, compreendida sob a perspectiva sinalizada anteriormente, dá continuidade, com novas nuances, à antiga relação entre desenvolvimento tecnológico e científico e as demandas do mercado, pois se em certa medida no período anterior, especialmente, no final dos anos de 1980 e 1990, a academia possuía um papel mais autônomo no desenvolvimento técnico-científico, paralelo ao desenvolvimento do mercado, dentro do novo horizonte da globalização, são as demandas do mercado mundial que norteiam o desenvolvimento técnico-científico. Às instituições de ensino superior cabe, agora, responder como fornecedoras dos elementos necessários para a inovação e o desenvolvimento, trabalhando através de mecanismos que se voltam ao atendimento das demandas de mercado, da competitividade e do lucro, em outras palavras, sustentam suas ações em um arcabouço conceitual característico da perspectiva mercadológica.

Para compreender esse fenômeno é preciso considerar que a pós-graduação no Brasil sempre esteve diretamente articulada às políticas de desenvolvimento nacional, sendo considerada fundamental para o planejamento econômico tanto no curto quanto no longo prazo.



Esse é um ramo da educação brasileira que o Estado tem se ocupado desde o período da ditadura militar, dedicando recursos financeiros e administrativos significativos com o intuito de garantir a qualidade de sua oferta, bem como de seus frutos por meio de produção de pesquisas, de novas tecnologias e de profissionais de alta qualificação.

Portanto, a posição que a pós-graduação brasileira tem assumido como ponto central das políticas de desenvolvimento nacional, desde sua origem nos anos de 1960 até a atualidade, pode vir a se constituir numa chave analítica importante para compreender, no presente, de que modo os discursos sobre o desenvolvimento das nações no contexto da globalização determinam, ou orientam, o modelo de pós-graduação adotado, destacando-se nesse processo a ênfase dada ao lugar da formação técnica e da tecnologia como fundamentos para a inovação visto como motor do desenvolvimento econômico e social mundial, aspectos privilegiados nos discursos oficiais que regulam a oferta dessa modalidade de pós-graduação *stricto sensu*, como já referimos anteriormente.

Marcado por um discurso em que a inovação tecnológica se torna o foco do novo desenho institucional para a pós-graduação *stricto sensu*, exemplificado de forma mais efetiva por meio da criação dos mestrados profissionais, este traz a tona, agora com uma nova ênfase, a importância da formação científica e técnica como fundamento para alimentar a inovação, a produtividade e a competitividade no mercado global, afirmando um modelo de sociedade de proporções transnacionais e de aspectos culturais homogêneos, tendendo a refletir os valores e demandas presentes nesta cultura mundial (ocidental) comum (DALE, 2004).

Esse discurso deixa evidente a expectativa de que os mestrados profissionais desenhem um novo percurso institucional, saindo de uma dimensão acadêmica voltada para a formação de pesquisadores e professores, para uma dimensão de mercado, pautado agora numa vinculação direta com as necessidades das empresas para ampliar suas condições de competitividade e inserção no mercado global.



Ao afirmar que a criação do Mestrado Profissional, traz entre suas prioridades o atendimento do compromisso para mesclar inovação, competitividade e produtividade às empresas e melhorar a gestão dos setores sociais do governo e demais organizações, evidencia-se a necessidade de resposta que esse novo modelo formativo deverá dar, por meio do investimento na formação técnica voltada à profissionalização, para atender ao mercado. Esse parece ser, portanto, um dos fundamentos da criação dos mestrados profissionais, aspecto que tem sido muito criticado por alguns e elogiado, na mesma proporção, por outros. Fica evidente, portanto, a presença de visão centrada no ponto de vista do mercado no desenvolvimento desta linha de formação acadêmica, o que torna legítimo e necessário à transposição da problematização e dos questionamentos levantados por Hall (2001) e por Dale (2004), para o cenário da política da educação superior brasileira, bem como o direcionamento analítico que propomos para o tratamento da temática.

Como articular, nesse contexto, os ditames de uma perspectiva globalizante, em que o mercado é a referência fundamental para a organização da educação superior e para a sua utilização como estratégia importante para o desenvolvimento nacional, agregando ao mesmo tempo valores e necessidades locais? Este é um desafio que já se expressa de forma efetiva na criação dos mestrados profissionais, como se pode perceber, por exemplo, na área da educação marcada por conflitos e embates quanto à essa questão.

Considerações finais

Entendemos que as reflexões feitas acima podem indicar ricas possibilidades para o estudo de uma temática atual e relevante como é a pós-graduação brasileira.

As aproximações analíticas feitas com relação aos direcionamentos normativos orientadores do modelo de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil com base em elementos teóricos apreendidos das obras de Hall (2001), Dale (2004) e Gomes (2011) podem vir a ser inspirador para pensarmos as



tendências presentes e futuras das políticas educacionais para a pós-graduação.

Esse é um desafio que pretendemos enfrentar ao aprofundar estudo sobre a temática da criação dos mestrados profissionais no campo da educação em universidades públicas federais brasileiras.

Referências

BRASIL. **Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009**. Brasília, DF, 2009.

CEVALLOS, I. **O mestrado profissional em Ensino da Matemática e o desenvolvimento profissional de professores: um desafio institucional**. 2011. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

FISCHER, T. Proposições sobre educação profissional no nível de pós-graduação para o PNPG 2011-2020. **Revista Educação Profissional**, Brasília, out. 2010.

GOMES, A. M. Políticas públicas, discurso e educação. In: **Políticas pública e gestão da educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

MOROSINI, M. C. A Pós-Graduação no Brasil: formação e desafios. **Revista Argentina de Educación Superior**, año 1, n. 1, nov. 2009.

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da Capes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v.2, n.4, p. 8-15. 2005.

SANTOS, A. L. F.; AZEVEDO, J. M. L. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 42 set./dez. 2010.



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

SANTOS, B. S. Uma concepção multicultural dos Direitos Humanos. São Paulo. **Revista Lua Nova**, n.39, p. 105-124. 1997.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.